

# **CARACTERÍSTICAS E LIMITES DE UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DE SERRA DO MEL – RN**

Antonio César Ortega (UFU) e Emanuel Márcio Nunes

## **RESUMO**

A partir de uma leitura de que o fortalecimento das formas de produção locais poderá contribuir para o resgate social e a geração de ocupações e renda no meio rural busca-se avaliar a importância da agricultura familiar nesse processo e a necessidade do incentivo à ação coletiva e integração de atividades no espaço local. Assim, realizamos um estudo da evolução do desenvolvimento local do município de Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, visando identificar os fatores determinantes e os limites dessa estratégia de reprodução enquanto contribuição para o desenvolvimento rural.

## **INTRODUÇÃO**

A modernização a qual foi submetida a agropecuária brasileira se deu de forma parcial deixando de fora amplos segmentos dos agricultores, principalmente os familiares. Para estes, entretanto, a não inclusão no padrão *fordista* de produção consequência das inovações da “Revolução Verde”, garantiu a permanência de um forte vínculo entre a produção e os mercados locais. Porém, como mostra GRAZIANO DA SILVA (2000), este vínculo já não mais se sustenta no contexto atual, onde muitos destes espaços, mesmo continuando fora dos circuitos de produção, são cada vez mais penetrados pelos processos de valorização e materializados em uma abertura comercial que homogeneiza espaços heterogêneos. Neste contexto, o desafio da agricultura familiar, com uma capacidade cada vez mais estreita de inserção no mercado, é se reinventar para conseguir se inserir.

Mas, se impactos do processo de globalização, presentes em maior ou menor grau nas diferentes regiões e municípios brasileiros, têm acirrado o processo de exclusão e desagregação da produção familiar, este desafio da reinvenção tem tido algumas respostas: as cooperativas e associações de agricultores familiares; a negociação com o poder público local e com instituições bancárias visando a obtenção de recursos que viabilizem o financiamento dos investimentos e; a agregação de valor via integração que, de outra forma, estariam excluídos do mercado.

Assim, a questão central, para nós, é se esta capacidade de resposta, onde ela muitas vezes nem se esboça, pode emergir, se expandir - tanto no sentido de envolver mais agentes quanto de apontar novos caminhos - e, direcionar uma trajetória de desenvolvimento da

---

própria economia local, onde o rural é uma peça essencial, a partir da integração de atividades sem a separação entre a agricultura e a indústria.

Afirmativamente, a hipótese que estamos defendendo é de que o desenvolvimento rural pode e deve ser pensado não somente como alternativa de superação das dificuldades econômicas e sociais dos produtores familiares, mas, sobretudo, como eixo fundamental e estratégico para um desenvolvimento mais amplo, dinamizado a partir da contribuição de ações localizadas desenvolvidas pelo segmento da agricultura familiar.

Entretanto, cabe perscrutar até que ponto a experiência do *desenvolvimento local* de Serra do Mel tem cumprido o papel histórico de constituir-se numa estratégia de desenvolvimento rural de resgate da agricultura familiar, marginalizada pela política de modernização conservadora da agricultura brasileira das últimas décadas, e eleva-la à condição de um setor estratégico para o desenvolvimento em geral. Nos termos da referida questão, cabe avaliar se esta experiência, na forma como foi implementada e no seu alcance, contribui de fato para servir de referência nas discussões em torno de um projeto de desenvolvimento rural.

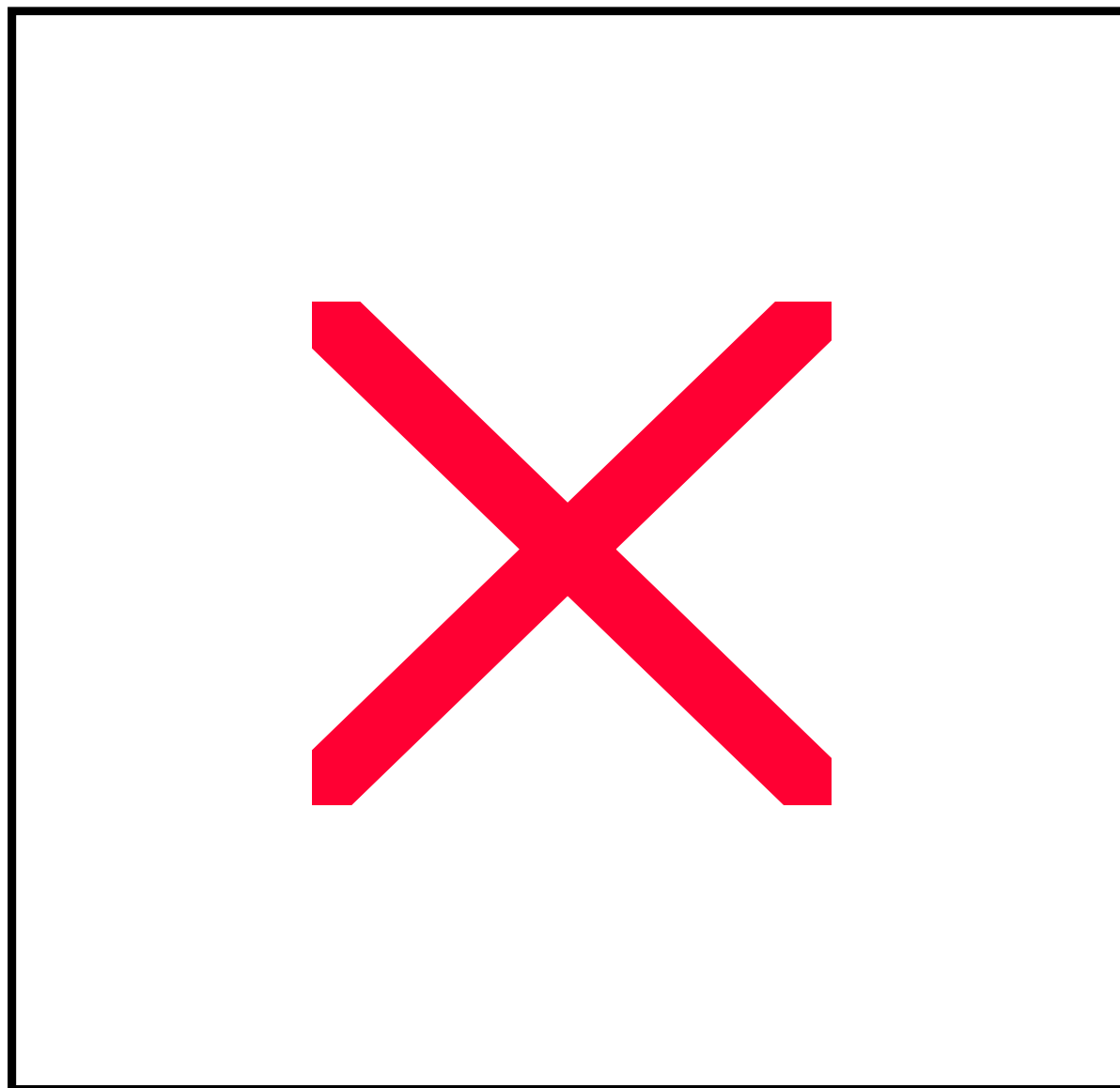
## **1. Características Gerais do Desenvolvimento Rural de Serra do Mel**

O Projeto Serra do Mel foi concebido no ano de 1972 numa época em que era expressivo o poder de influência do Estado. O início da década de 1970 representava um período em que o Estado brasileiro estimulava a ampliação e expansão da fronteira agrícola em todo o país. No caso específico de Serra do Mel, a colonização se deu com a finalidade principal de absorver força de trabalho excedente liberada por ocasião da incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra nas salinas do Rio Grande do Norte onde, no momento, milhares de famílias tornaram-se desempregadas.

Após o projeto ter sido criado, com inspiração no modelo *moshavi* de Israel, e planejado para a formação de vilas rurais (cada uma leva o nome de um estado da federação brasileira, conforme FIGURA 01), a colonização teve início em 1974, com a implantação de cinco vilas (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo) no eixo sul e de um centro administrativo na área central do projeto. Essas vilas foram formadas por colonos vindos de diversas áreas do próprio estado, predominando os municípios circunvizinhos. O processo de seleção dos colonos aconteceu inicialmente alocando os trabalhadores trazidos para a construção da infra-estrutura local (demarcação, construção de casas, desmatamento, implantação do cajueiral, etc.). Os demais foram assentados em seus lotes, a partir do atendimento de critérios que passavam pelo âmbito político por intermédio

de agentes com capacidade de decisão, envolvidos no projeto de colonização e que atendiam oligarquias locais e aliados do governador.

FIGURA 01: Mapa do município de Serra do Mel e distribuição espacial das agrovilas.



No ano de 1975 toma posse um novo governador. Este não demonstrou interesse no projeto e procurou a todo custo transformá-lo numa empresa privada e os colonos em assalariados agrícolas. Não obteve êxito. Houve ainda uma tentativa de venda da área a um grupo israelense. Novamente fracassou. Sem conseguir transformar em empresa privada nem repassar aos israelenses o governador desprezou totalmente o projeto.

Uma parte dos colonos que enfrentava privações alimentares promoveu em 1979, o arrombamento de um armazém da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do estado –

CIDA<sup>2</sup>, levando alimentos. Um segundo conflito ocorreu quando outras vilas formaram-se pela iniciativa dos próprios trabalhadores.

Em 1980, ocorreram as ocupações das vilas Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promovidas por filhos de antigos colonos, com lotes improdutivos e trabalhadores rurais da região, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Mossoró.

Em 1981 novas vilas se formaram a partir de uma intervenção direta do Governo do Estado. Com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Assu-RN, o governo deslocou para Serra do Mel uma parte da população atingida e expulsa pelas águas do reservatório. Formaram-se as vilas: Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Entre 1983 e 1984 outras vilas são formadas na área norte do projeto (Acre, Maranhão, Pará e Amazonas) e no centro.

Em 1984 surgiu um movimento desencadeado por um grupo de engenheiros agrônomos recém formados na Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM, que propôs ao Governo do Estado que destinasse uma área de produção e formasse uma agrovila para eles, com a finalidade desta servir de unidade demonstrativa para o projeto. Apesar de o Governo não ter aceitado a proposta de imediato, a vila Amazonas foi ocupada pelos técnicos que, a partir da convivência com os outros colonos, tentaram desenvolver e propagar tecnologias de efeito demonstrativo. Apesar da proposta não ter tido êxito, apenas um grupo reduzido de agrônomos continuou nas atividades técnicas e de organização locais.

Em síntese, o processo de colonização de Serra do Mel se deu de duas formas: de um lado uma colonização oficial, constituindo 17 vilas, e uma ocupação realizada por trabalhadores com apoio do movimento sindical e da Igreja, que ocasionou a colonização de cinco vilas. A última vila, a Tocantins, foi formada na década de 1990, a partir da incorporação de uma área de assentamento de reforma agrária ao município.

No que diz respeito às questões organizacionais e econômicas, o desenvolvimento rural do Projeto Serra do Mel apresenta dois períodos distintos: de 1972, data de sua criação até 1983 e de 1984 até 2000. O primeiro período, de criação e formação, extremamente difícil, caracterizado pela situação de submissão ao poder centralizado do Estado e a uma visão de desenvolvimento do espaço rural exclusivamente agrícola, além das intempéries climáticas como a seca. E o segundo, o qual passaremos a nos referir daqui por diante, representa o início de um processo de organização política, social e produtiva e a aplicação da lógica do *desenvolvimento local* que gerou importantes transformações.

---

<sup>2</sup> Encarregada da comercialização da produção, a CIDA concentrava as ações do Projeto e obrigava todos os colonos a entregar a safra, quase sempre pagando preços bem abaixo dos praticados no mercado, combinando ainda o ressarcimento da diferença para período posterior.

## 2. O Processo de Organização Social e Produtiva

O início do processo de organização dos agricultores de Serra do Mel é possuidor de particularidades relacionadas com a presença centralizada do Estado. A relação entre agricultores e estado caracterizava-se pela limitação das ações desses últimos, o que inibia o surgimento de comportamentos estimuladores da participação e, dessa forma, limitava a possibilidade dos agricultores assumirem responsabilidades no Projeto, tanto no âmbito do seu desenvolvimento quanto na condução da nova vida em comunidade.

A criação da estrutura de organização iniciou a partir de 1983 mediante ação coordenada por um técnico recém chegado da Suíça destinado a trabalhar para o governo do Estado, com vistas à emancipação do Projeto Serra do Mel a município. A partir da realidade encontrada, o técnico suíço percebeu a necessidade de buscar, através de estudos técnicos e da gestão participativa, vias de desenvolvimento capazes de viabilizar as atividades locais. Neste sentido, dá-se início à criação de associações. Como resultado, em 1985 cada uma das 22 agrovilas existentes passam a ser dotada de associações, cuja atribuição era a de receber os recursos e repassar para os agricultores, promovendo assim o início de um processo de descentralização, tanto das atividades econômicas como de poder.

Atualmente a estrutura de organização do município de Serra do Mel, conforme demonstra a TABELA 01, é composta de 24 associações, sendo 22 com fundação no ano de 1985 e 02 fundadas no período de 1996 a 2002. Conta ainda com um 01 grupo específico de produtores que desenvolvem a atividade de produção de mel de abelha (apicultores), além de 02 cooperativas.

TABELA 01: Serra do Mel: estrutura e formas de organização:

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	Data de Fundação	Em atividade	Evolução do n.º de sócios	
				1996	2000
GRUPO DE PRODUTORES	01	1998	01	-	42
ASSOCIAÇÃO	24	1985/02	24	939	636
COOPERATIVA	02	1989/91	01	1.090	727

FONTE: Questionário de pesquisa de campo e COOPERCAJU 2002.

Das duas cooperativas existentes uma delas, a COOPERMEL, foi criada no ano de 1975 e oficializada em 1989, passando a desenvolver uma gestão vertical e centralizada, além de vinculada ao estado. A concepção de sua criação e desenvolvimento passou a inibir a participação dos agricultores familiares. Os representantes da COOPERMEL inspirados no modelo da grande empresa capitalista de capital intensivo e de caráter *fordista*, predominante na época, priorizaram a construção de uma estrutura centralizada e mão-de-obra assalariada com vistas ao beneficiamento da produção de castanha e o pedúnculo do caju, adquirindo

máquinas de porte industrial para o corte mecânico na extração da amêndoa da castanha e o esmagamento na fabricação de suco a partir do pedúnculo.

A gestão vertical e a produção centralizada da COOPERMEL e a intervenção do estado na sua condução passou a inibir gradualmente a participação dos produtores gerando um estado de desconfiança e promovendo uma desarticulação entre sua diretoria e os agricultores familiares. A situação era de descrença em toda a estrutura organizativa, o que fez muitos agricultores se desvincularem tanto das cooperativas, como também das associações.

Em 1985 os agricultores familiares acreditaram em uma reversão da situação e, com a ajuda de algumas instituições, dentre elas a Igreja, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado – FETARN e o Sindicato dos Trabalhadores de Mossoró destituíram a diretoria da COOPERMEL e assumiram o poder. A situação da Cooperativa apresentou-se caótica no momento e, no ano de 1986, os agricultores resolveram colocar um gerente com conhecimentos técnicos na esperança de solucionar os problemas e salvar a Cooperativa, mas este não conseguiu reverter a situação afastando-se da função e com ele os trabalhadores.

Mesmo depois da experiência frustrada com a COOPERMEL, a crença na organização através do cooperativismo não foi totalmente abalada, pois esta forma se configurava na mais adequada de organizar-se e organizar a produção. Assim, no ano de 1991 um grupo de agricultores familiares com a ajuda da FETARN e outras instituições, criou e fundou em Mossoró-RN, a Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha de Caju – COOPERCAJU. Mesmo impedida pela prefeitura de funcionar em Serra do Mel<sup>3</sup>, a COOPERCAJU passou a atuar priorizando a construção de uma estrutura descentralizada em unidades familiares para beneficiar a produção de castanha, distribuídas por algumas associações nas agrovilas e procurou adquirir e ajustar máquinas de porte artesanal para o corte mecânico na extração da amêndoa da castanha. A gestão manteve a lógica vertical, mas a ação da diretoria não mais inibia a participação dos agricultores, o que gerou uma migração da anterior para a nova. A TABELA 02 demonstra que houve uma evolução positiva do número de cooperados para a COOPERCAJU e uma queda no quadro da COOPERMEL.

TABELA 02: Cooperativas existentes e número de sócios participantes:

NOME DA COOPERATIVA	Data de Fundação	Evolução do n.º de sócios	
		1996	2000
COOPERMEL	05/1989	1000	600
COOPERCAJU	07/1991	90	127

FONTE: Questionário de pesquisa de campo e COOPERCAJU 2002.

<sup>3</sup> A COOPERCAJU foi aberta e passou a funcionar inicialmente na cidade de Mossoró, pois o prefeito de Serra do Mel era vinculado a COOPERMEL e contrário às iniciativas dos agricultores familiares.

As ações da COOPERCAJU passam a se basear numa gestão estimuladora da participação através de tomadas de decisão em assembleias, como também desenvolver uma integração local, procurando homogeneizar o espaço rural, sem a separação entre agricultura e indústria das fases tecnologicamente diferentes: produção, agroindústria e comercialização. Entretanto, a trajetória da COOPERCAJU em seu pouco tempo de operação não se resume apenas ao melhor dos mundos. As dificuldades enfrentadas pelos agricultores no período mais crítico de intervenção estatal e a frustração com a COOPERMEL, dentre outros fatos marcantes, foram ingredientes favoráveis à construção de um quadro de desconfiança que dificultava, como veremos a seguir, o andamento de um processo pleno de participação atingindo, de certa maneira, a gestão da COOPERCAJU e do planejamento realizado para reestruturar e retomar o desenvolvimento de Serra do Mel.

### **3. O Programa de Reestruturação e a Agricultura Familiar**

Os produtores de Serra do Mel sobreviviam, no início dos anos 1980, em condições difíceis, praticando o cultivo de culturas destinadas principalmente ao autoconsumo como mandioca, feijão e milho. Algum excedente de produção gerado era submetido ao controle da CIDA, caso estes produtores decidissem pela sua comercialização. Nesse período, a produção de caju, principal cultura implantada em período recente, ainda se configurava desprezível e a forma de se pensar o desenvolvimento das atividades rurais (VEIGA, 2000) era exclusivamente agrícola, não havendo uma preocupação com a diversificação ou verticalização da produção.

A partir de 1986, um esforço importante foi despendido no sentido de incentivar o *desenvolvimento local* e difundir esta ideologia trazida pelo técnico europeu, junto às instituições, aos agentes locais e às famílias dos produtores. É elaborado, então, no ano de 1987 o primeiro planejamento, o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado – PDCI, com uma população já possuidora de um nível de organização e participação considerável. E, conforme CHARITY (1995), com base no desenvolvimento local, iniciava a busca da auto-sustentação do Projeto, juntando a isso a aspiração pela emancipação deste à condição de município, o que acabou acontecendo no ano de 1988.

As preocupações no sentido de alavancar a reestruturação de Serra do Mel, através da perspectiva do *desenvolvimento local* deu-se a partir da elaboração e implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel – PIDSSM, a partir do ano de 1994, promovendo transformações estruturais no município. A idéia inicial desse novo plano era a união de forças em torno do que VEIGA (2000; p. 138) e ABRAMOVAY (2000) denominam de *idéia guia*, na busca pelo desenvolvimento sustentável. Para isso, inicialmente

foi fundamental articular a cooperação principalmente entre três instituições: a Prefeitura Municipal, a EMATER e a AACC, esta última sendo a coordenadora do processo.

Estudos de viabilidade para o aproveitamento do caju foram sugeridos inicialmente pelo técnico suíço e realizados pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural de Botucatu e por uma instituição holandesa, a AGRO ECO – Holanda. Os resultados desses estudos apontaram para o caminho da construção daquilo que GRAZIANO DA SILVA (1997) classifica de um espaço rural multifuncional, com maior descentralização e diversificação das atividades locais e otimização no aproveitamento dos recursos.

Apesar do planejamento elaborado com a participação dos agricultores, e estes envolvidos diretamente no processo através das suas respectivas associações, havia um problema sério a ser resolvido: o crédito. Até 1987 os agricultores não possuíam o título de posse de seus lotes e, sem a capacidade de oferecer garantias, não podiam retirar recursos nos bancos. Em 1988, com o Projeto na condição de município e os agricultores possuindo os títulos, é realizado o primeiro custeio com vencimento dos contratos em um ano. Quando chega o momento de saldar as dívidas com os bancos, os agricultores são orientados para o não pagamento, pois técnicos do Estado apontavam para a possibilidade de perdão por parte dos bancos. O perdão não aconteceu e, entre os anos de 1988 e 1995, os agricultores de Serra do Mel não tiveram acesso às fontes oficiais de financiamento, pois se encontravam inadimplentes. Para financiar a produção nesse período, os agricultores passaram a se submeter ao capital comercial e a financiamento informal como a agiotagem. Os comerciantes maiores de Mossoró, principalmente, com sua rede de prepostos locais faziam o vínculo entre os agricultores e o mercado. Mantinha-se assim um vínculo, onde a estrutura competitiva inexistia e, conforme ABRAMOVAY (1998), a integração dos agricultores ao mercado se dava parcialmente, realizando-se em condições tais que, existia a influência individual de certos agentes econômicos sobre a formação dos preços. Outra saída dos agricultores na obtenção de recursos acontecia em função da venda de itens como leite e animais (porcos, galinhas, etc.). É o que ilustra o depoimento de um antigo agricultor, que reproduzimos abaixo:

*[...] era um tempo muito ruim. O comprador de castanha vinha aqui e comprava toda a produção nossa muitas vezes antecipada, na folha, a um preço que não valia a pena. Mas é o que eu digo aos meus amigos, o que a gente podia fazer? Não tinha proteção de ninguém, só de Deus. Precisava do dinheiro para tocar o cajuzeiro e alimentar a família e não tinha outro canto pra buscar. O jeito era tomar emprestado a agiota com juro alto, vender a castanha do preço que o comprador queria e se virar com a venda de alguma criação. Isso quem tinha criação pra vender. Era difícil. (J.B.S. Serra do Mel, agricultor familiar, 57 anos).*

O acesso por parte dos agricultores a fontes oficiais de financiamento, como os bancos, passou a ser uma realidade somente no ano de 1996 e submetido a algumas restrições e condições, depois do longo período de inadimplência. Os recursos para as atividades rurais



em Serra do Mel foram sendo liberados ainda sob ação cautelosa dos agentes financeiros, principalmente do Banco do Brasil. Os bancos passaram a aumentar de forma considerável as quantias e demonstrar maior confiança junto aos agricultores apenas nos anos de 1997 e 1998 liberando, no período de 1996 a 2000, um total de R\$ 12.924.324,77 (Doze milhões, novecentos e vinte quatro mil, trezentos e vinte quatro reais e setenta e sete centavos), a maioria do Banco do Nordeste<sup>4</sup>, conforme dados da TABELA 03.

TABELA 03 – Valores liberados em empréstimos realizados no mercado financeiro no período de 1991 a 2000 (em reais) e as principais fontes de financiamento.

ANO	BANCO DO BRASIL	BANCO DO NORDESTE	TOTAL
1996	25.000,00	1.026.608,77	1.051.608,77
1997	1.100.000,00	2.484.536,41	3.584.536,41
1998	-	5.596.851,59	5.596.851,59
1999	1.268.170,00	530.216,18	1.798.386,18
2000	363.870,00	529.071,82	892.941,82
<b>TOTAIS</b>	<b>2.757.040,00</b>	<b>10.167.284,77</b>	<b>12.924.324,77</b>

FONTE: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002.

O aumento da quantidade de dinheiro nas mãos dos agricultores, registrado entre 1997 e 1999, auge do Programa de Reestruturação, resultou de maior confiança dos bancos no cumprimento dos contratos e da necessidade de investimento em estrutura, dado a capacidade de expansão e de retorno econômico detectados na cultura do caju e a intensidade no momento do processo de beneficiamento e comercialização de castanha orgânica destinada à exportação. A redução em 1999 e 2000 ocorreu por ocasião de uma mudança na política nacional de crédito rural e representou uma crise de financiamento que prejudicou bastante os agricultores e o andamento das atividades rurais. Segundo afirmações das carteiras agrícolas do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste de Mossoró-RN, numa reformulação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF em nível nacional, os agricultores familiares classificados nas categorias A, B, C e D se submeteram a um ajuste. Em 1999 os agricultores adquiriram recursos via PRONAF D com teto de 5.000,00 reais por contrato e em 2000 fizeram pelo PRONAF C que tinha teto de apenas 1.500,00 reais.

Uma das particularidades do Programa de Reestruturação diz respeito ao processo de distribuição na aplicação dos recursos alcançando, em certo nível, a integração das fases da produção, beneficiamento e da comercialização. Conforme demonstra a TABELA 04, esse foi

<sup>4</sup> A presença do Banco do Nordeste no período de elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel - PIDSSM, criou uma situação de euforia por parte de vários produtores, os quais esperavam que os recursos fossem liberados de forma imediata e em quantias desejadas. A ansiedade era tanta que muitos não tiveram paciência de esperar a finalização do Plano pois, para alguns agricultores o caráter imediatista no acesso ao dinheiro era o que mais importava no momento e não a 'conversa fiada' necessária no processo de

um período decisivo na formação de uma estrutura que exigiu maior destino e finalidade dos investimentos em bens de capital (máquinas de corte, estufas a gás, mesas de classificação, etc.), objetivando maior agregação de valor e o aumento da renda dos produtores.

TABELA 04 - Crédito rural: valores contratados e liberados por finalidade (1991-2000)

ANO	PRODUÇÃO		AGROINDÚSTRIA		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	
1996	839.675,58	25.000,00	295.355,34	-	-	-	1.051.608,77
1997	1.878.157,44	1.100.000,00	410.796,10	304.005,02	-	30.000,00	3.614.536,41
1998	4.025.275,93	69.783,61	724.596,39	563.574,97	214.695,23	107.347,61	4.872.255,20
1999	364.922,55	1.541.885,78	-	152.485,65	-	-	1.950.871,83
2000	277.070,20	672.079,81	-	52.213,96	-	-	892.941,82
<b>Totais</b>	<b>7.385.101,70</b>	<b>3.408.749,20</b>	<b>706.151,44</b>	<b>1.072.279,60</b>	<b>214.695,23</b>	<b>137.347,61</b>	<b>12.924.324,78</b>

FONTE: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002. Elaboração própria.

A dinâmica gerada a partir do programa de reestruturação levou a uma situação onde se tornava evidente a concentração e o predomínio dos investimentos em um único produto: o caju. Apesar da liderança dessa cultura, admitia-se, entretanto, que ela por si só, era insuficiente para garantir a condição de desenvolvimento sustentável do município. Mesmo assim, a cajucultura (tratos culturais, colheita, armazenamento, beneficiamento, comercialização, etc.) absorveu, no período entre 1991 e 2000, de acordo com a TABELA 05, 95,06% de todos os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades rurais do município, demonstrando um poder determinante no desenvolvimento rural de Serra do Mel.

TABELA 05 - Culturas que mais demandaram financiamento no período (1991-2000)

CULTURA	VALOR (mil reais)	%
Caju	12.285.863,14	95,06
Feijão	365.728,22	2,83
Bovinocultura de leite	187.300,64	1,44
Bovinocultura de corte	85.658,22	0,67
<b>TOTAL</b>	<b>12.924.324,78</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002. Elaboração própria.

As outras culturas que somaram apenas 4,94% dos recursos do financiamento oficial no período de 1991 a 2000 demonstram a condição de pouca importância econômica, quando vistas com a possibilidade de inserção e contribuição no desempenho de uma estratégia de desenvolvimento com sustentabilidade. De acordo com a TABELA 06, além de pouca elasticidade e pequena capacidade para agregar valor, os produtos de Serra do Mel, com a exceção do caju, variaram pouco as quantidades produzidas entre 1991 e 2000. São bens

produzidos pelos agricultores sem a preocupação comercial em sistemas de cultivos simples no período das chuvas, se destinando principalmente para o autoconsumo das famílias (no caso de alimentos) e poupança (animais).

Tabela 06: Evolução dos principais produtos agropecuários de Serra do Mel.

PRODUTOS	1995		2000	
	Unidade	Quantidade Produzida	Unidade	Quantidade Produzida
Feijão	Kg	38.000	Kg	22.000
Mandioca	T	300	T	1.600
Leite	L	100.095	L	291.600
Bezerros	Cab.	1.000	Cab.	1.800
Suínos	Cab.	200	Cab.	1.116
Mel de abelha	Kg	2.500	Kg	25.000
Ovos de galinha caipira	Dz.	6.870	Dz.	7.000

FONTE: PIDSSM (1995), COOPERCAJU e IDEMA (2001). Elaboração própria.

Entretanto, mesmo possuindo a liderança absoluta a cultura do caju, segundo os elaboradores do planejamento, se configurava insuficiente para assegurar a sustentabilidade do município. Mesmo assim a maior parte da estrutura rural existente no município – exceto a estrutura de produção –, como demonstra as informações da TABELA 07, foi constituída a partir do financiamento gerado pela dinâmica em torno dessa cultura. E, como podemos constatar, é na integração, estratégia de agregação de valor (beneficiamento da castanha), que se evidencia a preocupação com a reestruturação de Serra do Mel. Como mostra a TABELA 07, isto se afirma quando percebemos que a maioria das unidades de beneficiamento artesanal, adquirida entre 1990 e 1998, e vinculadas a COOPERCAJU, e que aparece em funcionamento no desenvolvimento das atividades rurais de Serra do Mel, surgiu no período de maior fluxo de recursos oriundos do crédito oficial.

A inserção e expansão dos financiamentos bancários foram, a nosso ver, os mais importantes fatores na aceleração e viabilização das mudanças locais (produtiva, tecnológica, capacitação, etc), pois significou inicialmente o rompimento dos laços de dependência ao capital comercial e, posteriormente, a base para as ações necessárias ao cumprimento das metas para a reestruturação do município constantes no Plano, o que fez resultar na alavancagem e sustentação do desenvolvimento rural.

TABELA 07: Estrutura de patrimônio rural existente:

PRODUÇÃO	Quantidade	Ativos em Produção	Parados / Inativos	Período de Construção/Aquisição
Lotes agrícolas	1.196	1.196	-	1974 a 1984
Colméias	1.000	996	04	1998 a 2000
<b>AGROINDÚSTRIA</b>				
Unidades beneficiamento castanha	400	100	300	1990 a 1998
Casas de farinha	14	-	14	1990 a 1996
<b>COMERCIALIZAÇÃO</b>				
Cooperativas	02	01	01	1975 a 1991

FONTE: Questionário de campo e COOPERCAJU 2002.

Uma das constatações que chama a atenção é a existência das 14 casas de farinha dispersas por algumas vilas e que se encontram desativadas. Essa estrutura foi formada com recursos oriundos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, numa parceria entre o governo do estado e o Banco Mundial, não atendendo a um rigor específico nos estudos prévios de viabilidade econômica e de mercado. São produzidas em média no município, 300 toneladas da raiz/ano de mandioca, quantidade suficiente para funcionamento de pouco mais de uma casa de farinha. Essa estrutura não despertou interesse de torná-la viável em curto prazo, tornando-se desprezada pelo Programa de Reestruturação.

Foi com a criação da COOPERCAJU que se intensificou a reestruturação. E esta, como visto, estava prevista para viabilizar a integração a partir do beneficiamento artesanal da castanha de caju, utilizando um equipamento de corte de porte familiar para a extração da amêndoa. Entretanto, não existia equipamento como o desejado que se adaptasse à realidade de Serra do Mel, apenas as máquinas de porte industrial da COOPERMEL que não interessavam para a lógica de desenvolvimento pretendida. A EMBRAPA Agroindústria Tropical, de Fortaleza, foi procurada e passou a trabalhar na adaptação de um pacote que atendesse a capacidade de produção de cada família. A estratégia do planejamento, como veremos no tópico a seguir, era, desde o ano de 1994, integrar agregando valor à produção (beneficiando e comercialização), capitalizar e dotar a Cooperativa de uma estrutura a partir das necessidades da cultura do caju e, com isso, facilitar e tornar efetivo o acesso a recursos para o financiamento dos investimentos com a captação junto aos bancos.

#### **4. O Plano Integrado de Desenvolvimento Rural Sustentável**

Durante as discussões do planejamento que se estenderam pelos anos de 1994 e 1995, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Banco do Nordeste e a Associação Brasileira de Cooperação – ABC, juntamente com a AACC acompanharam tecnicamente a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel – PIDSSM, cuja metodologia propiciou na sua formulação a participação e capacitação dos produtores envolvidos e suas associações.

Uma das principais conclusões do Plano com relação à situação econômica presente do município àquela época foi de que, apesar da liderança da cultura do cajueiro era sensato aceitar sua condição de insuficiência para engendrar sozinho um processo de desenvolvimento sustentado, capaz de garantir um fluxo regular de renda para todas as famílias de agricultores.

Na concepção do PIDSSM, em nível de *relacionamento interno* da unidade familiar de produção, a variável tecnológica encontrava-se estritamente associada com a disponibilidade de recursos físicos e financeiros, com o processo de capacitação, de produção e de trabalho,

com a divisão interna do trabalho entre os membros da família ou a mão-de-obra eventualmente contratada, etc. E, em nível das *relações externas*, com o grau de mercantilização da produção e a articulação com os sistemas de comercialização e financiamento. Neste sentido, a idéia do Plano é de um desenvolvimento endógeno e com o mínimo de subordinação<sup>5</sup>, onde as mudanças tecnológicas introduzidas na produção acelerem o processo que GRAZIANO DA SILVA (1982) classifica de diferenciação no sentido *ascendente* e que seja capaz de fazer com que as rendas oriundas do excedente da atividade rural do município não sejam transferidas intersetorialmente para outros setores fora do âmbito local e que os bons resultados da atividade sejam convertidos em investimentos na estrutura de produção e em rendas cada vez maiores e mais remuneradoras do trabalho das famílias.

Percebendo a importância da inserção da agroindústria como processo contínuo da produção, o PIDSSM apontava para a diversificação das atividades num cenário onde estivessem devidamente integradas na cadeia produtiva. Constatadas as deficiências e os principais problemas do município em levantamentos efetuados pela equipe do planejamento, passou-se a trabalhar no apontamento de soluções a partir da identificação das maiores potencialidades. Como já afirmado anteriormente, a fundamentação do Plano foi direcionada para o *desenvolvimento local*, num projeto de desenvolvimento construído desde sua base privilegiando a cooperação entre agentes e instituições, mantendo relacionamento e interdependência do contexto regional, nacional e internacional. Entre os agricultores, mesmo enfrentando dificuldades, a concepção do Plano fez com que estes passassem a ver uns aos outros como parceiros e não como ameaça. De acordo com a TABELA 08, o PIDSSM, nos últimos seis anos, proporcionou a participação de diversas instituições públicas e privadas que passaram a contribuir no processo de desenvolvimento rural/local de Serra do Mel, juntando-se às mais antigas (AACC, EMATER, SIPARN E FETARN).

A partir do enfoque no desenvolvimento local o PIDSSM, por sua vez, foi orientado para a necessidade de construção do que vem sendo definido como *capital social*<sup>6</sup>, mediante a a formação de uma rede de participação FRANCO (2000) entre Estado e Sociedade Civil.

---

<sup>5</sup> A característica da agricultura familiar para vários autores, dentre eles GRAZIANO DA SILVA (2000) e ABRAMOVAY (1998, p. 193), é de dependência e subordinação ao capital. E é, certamente, a atividade econômica no capitalismo contemporâneo mais fortemente submetida a constrangimentos coletivos. A concepção do PIDSSM, neste caso, apresenta-se ousada quando busca em suas diretrizes, a combinação nas relações internas e externas de forma tal que promovessem o mínimo de submissão e dependência da agricultura familiar de Serra do Mel.

<sup>6</sup> Nossa visão de capital social aqui é tomada de PUTNAM (1993), sintetizada por MOYANO (2000), e que destaca que “a articulação da sociedade civil não depende da (é diferente a) ação de governos, e afirma que o capital social é “*path dependent*”, quer dizer, resultado de inércias históricas e culturais; isso explicaria, na opinião de Putnam, que ocorra uma grande diversidade de sociedades com diferentes graus de intervencionismo estatal. ... vê as relações estado-sociedade como um jogo de ‘soma diferente de zero’, deduzindo que o Estado pode promover um entorno adequado para que seja possível o florescimento de uma sociedade civil dinâmica.”

O Plano é então constituído atendendo a lógica *descendente* de Programas e Projetos. A preocupação com a criação de postos de ocupação para a força de trabalho rural local foi priorizada e ancorada na integração dos três principais eixos: a agropecuária, a agroindústria e a criação de ocupações não-agrícolas, além do acesso a mercados.

TABELA 08 : Principais empresas e instituições parceiras e de relacionamento.

<b>Empresa / Instituição</b>	<b>Ramo de Atividade</b>	<b>Nível de Atuação</b>	<b>Período de Relacionamento</b>	<b>Contratos? (S ou N)</b>
AACC	Assistência técnica	Local	12 anos	S
BANCO NORDESTE/PNUD	Crédito/capacitação	Regional	06 anos	S
BANCO DO BRASIL	Crédito	Nacional	06 anos	S
BANCO MUNDIAL/PAPP	Crédito	Internacional	04 anos	S
EMATER	Assistência técnica	Regional	12 anos	N
EMPARN	Pesquisa	Regional	04 anos	N
EMBRAPA	Pesquisa	Nacional	03 anos	N
SEBRAE	Assessoria empresarial	Regional	06 anos	N
FETARN	Sindical	Regional	07 anos	N
VISÃO MUNDIAL	Comércio exterior	Internacional	02 anos	N
SIPARN	Comércio Exterior	Internacional	12 anos	N

FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2002.

Para o desenvolvimento da agropecuária o Plano direcionava as ações para as vertentes agrícola, pecuária e silvícola, consorciadas de forma a garantir um padrão tecnológico sustentável economicamente e ambientalmente. Em relação ao padrão tecnológico, além do consorciamento das atividades, que previa a intervenção da pesquisa agropecuária, pretendia-se utilizar técnicas que ajustassem as combinações para a reversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico. Este padrão tecnológico encontrava-se dentro das perspectivas dos estudos realizados pelo IBD de Botucatu, que recomendava a produção de castanha orgânica, principalmente, tendo em vista a possibilidade de atingir o mercado externo. A SIPARN, agente exportador, sempre se responsabilizou pela operacionalização, em Natal, das exportações. Em 1996, numa das ações mais importantes do eixo agropecuário contido no Plano, a EMBRAPA Agroindústria Tropical de Fortaleza e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN, passaram a desenvolver no município com financiamento do Banco do Nordeste a tecnologia de substituição de clones de cajueiro, buscando alcançar maior produtividade a partir da inserção de uma variedade mais resistente e produtiva: o cajueiro anão precoce.

Para o desenvolvimento da agroindústria, o beneficiamento da castanha do caju foi o

ponto principal. Tentou-se implementar, a partir de uma ação conjunta com a EMATER, um processo caseiro de produção de derivados do pseudofruto (rapadura, doce, mel, licor, etc) em algumas vilas (a Vila Piauí, principalmente). O SEBRAE se inseriu logo após contribuindo com o apoio em marketing (embalagem, rótulo, identificação do produtor, etc.) para a entrada dos produtos no mercado. Diante de dificuldades de regulação, muitas delas geradas pelo *oportunismo* WILLIAMSON (1985) exacerbado de algumas instituições e da falta de cooperação, não houve registro de sucesso considerável.

Em Serra do Mel a situação demonstrou, além da inexistência de contratos um pequeno grau de aperfeiçoamento das instituições envolvidas e deficiência de regulação.

O quadro previsto para a diversificação via agroindústria teve pouca expressão na criação e desenvolvimento de outras atividades não-agrícolas e, como veremos a seguir, limitou-se apenas no beneficiamento da castanha do caju através do corte artesanal em unidades de porte familiar vinculadas a COOPERCAJU.

## **5. O Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Tecnologia para o Beneficiamento Artesanal da Castanha de Caju**

A tecnologia é um dos elementos que afetam diretamente o funcionamento das economias de características familiares, sendo muitas vezes responsável por transformações estruturais profundas tanto em nível interno da unidade produtiva como em nível de suas relações com a sociedade capitalista.

Assim, para GRAZIANO DA SILVA (1999, p. 137), a política tecnológica para o ambiente típico da unidade familiar emerge como um elemento-chave no contexto da transformação dinâmica de uma produção mais artesanal, no sentido de destruir, manter e elevar esse segmento a um patamar mais alto de integração com a economia global. Ou seja, a política tecnológica apresenta-se como de alta relevância no direcionamento dos processos de integração, diferenciação e de decomposição da unidade familiar de produção em sentido ascendente ou descendente, isto é, nas direções defendidas pelos clássicos, de um processo de submissão e integração, KAUTSKY (1980) ou proletarianização e capitalização, LÊNIN (1985).

Segundo a EMBRAPA Agroindústria Tropical<sup>7</sup>, o setor agroindustrial ressentia-se de tecnologia para o aproveitamento integral do caju, de maneira a obter produtos de alto padrão de qualidade que possam ser competitivos nos mercados nacional e internacional. Para a EMBRAPA, com relação ao caju, os processos de extração da amêndoa são os mais viáveis.

---

<sup>7</sup> Para obtenção de informações mais detalhadas ver : (EMBRAPA Agroindústria Tropical. Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria Tropical CNPAT. **Relatório de Atividades 1996-1997**. Fortaleza, 1999. 156p).

O eixo da agroindústria contido no PIDSSM fazia parte de um conjunto de atividades integradas, diferentes da lógica de KAUTSKY (1980) que separa agricultura e indústria, a serem desenvolvidas no âmbito produtivo e trazia, na sua concepção, um determinado grau de complexidade para sua implantação. Dessa forma, os recursos necessários ao financiamento dos investimentos do plano produtivo foram negociados diretamente com a sede do Banco do Nordeste em Fortaleza, por não se enquadrar nos parâmetros convencionais de projetos agrícolas. A apresentação de uma proposta que unia as três fases (a produção, a agroindústria e a comercialização), além da inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico, tornava o Plano um caso particular nas rotinas das agências locais de crédito, impossibilitando-as de realizar a operação. O valor total do Plano foi estimado em 12.000.000,00 (Doze milhões de reais).

Diante da dificuldade com relação à tecnologia de processamento do pseudofruto apontada pela EMBRAPA no PIDSSM, o processo de reestruturação da COOPERCAJU foi direcionado a partir do beneficiamento artesanal da castanha de caju. Surge então a necessidade de simplificar e ajustar a tecnologia para o corte artesanal e inserir de maneira eficiente e descentralizada de forma que as próprias famílias operem até mesmo em suas casas. Numa parceria entre os produtores, a AACC e a EMATER, foram realizadas discussões que resultaram no desenvolvimento de uma mini-indústria familiar de beneficiamento de castanha, com características rústicas. A partir disso, fazia-se necessário uma série de adaptações para ajustar às dimensões pretendidas.

Tendo em vista a necessidade de ajuste, a EMBRAPA conseguiu desenvolver um equipamento de corte artesanal que incluía, além do equipamento de corte da castanha, uma estufa pequena que funciona com queima de gás em substituição as de alvenaria que queima lenha, baldes para cozimento em vez de autoclaves, *layout* apropriado para a instalação, etc.

Com a inserção e utilização da estrutura de corte artesanal e de porte familiar, constata-se um aumento expressivo na rentabilidade, pois além do valor agregado com a transformação, eleva o aproveitamento da produção, principalmente a destinada ao mercado externo, a parcela possuidora de um preço superior. A injeção de crédito oficial a partir de 1996 e a castanha de caju sendo beneficiada com os equipamentos artesanais fez a produção atingir os níveis dos números constantes da TABELA 9.

Segundo afirmações de um técnico da COOPERCAJU, a amêndoa beneficiada representa, em média, 20% do total de frutos processados, ou seja, são necessários 5 kg de frutos para gerar 1 kg de amêndoa. E no processo de seleção para a exportação, que se submete a um maior rigor, o índice de aproveitamento de amêndoas inteiras chega a superar



80% de toda a castanha beneficiada, e o restante de 15 a 20% em formas quebradiças, é totalmente absorvido pelo mercado interno.

TABELA 9: Desempenho da produção de castanha beneficiada nos últimos 05 anos<sup>8</sup>.

PRODUTOS	Unidade	1996	1997	1998	1999	2000
		Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Castanha de caju	Kg	45.960	48.400	37.500	30.000	50.300

FONTE: Questionário de pesquisa de campo e COOPERCAJU 2002.

No processo de beneficiamento da castanha para exportação usando equipamentos de porte industrial, segundo afirmações de técnicos da COOPERMEL, aproveita-se em torno de 50% de amêndoas inteiras e os 50% restantes (quebradiças e esmagadas), passam a configurar qualidade inferior à equivalente de corte artesanal.

Como os produtores participaram juntamente com os técnicos da EMBRAPA e da AACC na adaptação do equipamento de corte artesanal, a tecnologia desenvolvida apresentou-se simples proporcionou fácil aprendizado. Nas palavras de um técnico que acompanhou as inovações nas etapas do processo de beneficiamento da castanha:

*[...] o processo de absorção e adaptação às técnicas de beneficiamento da castanha de caju a partir dos equipamentos de porte familiar se deu de forma tranqüila e sem a ocorrência de maiores problemas. O fato dos equipamentos serem simples e ajustados com a participação direta dos próprios produtores, isso facilitou a aprendizagem e as técnicas foram rapidamente absorvidas. Muitas vezes os próprios agricultores ensinavam os técnicos no aperfeiçoamento dos processos demonstrando muita segurança naquilo que diziam (F.C.S. engenheiro agrônomo, 45 anos, Serra do Mel).*

Alguns problemas surgiram com o processo de beneficiamento artesanal da castanha de caju e são decorrentes do processo de ajuste da tecnologia. Um deles é a dificuldade em atingir um nível cada vez mais padronizado das amêndoas, no momento em que as unidades de beneficiamento se encontram dispersas em diversas vilas do município, o que exige uma ação mais determinada da Cooperativa na uniformização e no controle da qualidade. Outro diz respeito à emissão do gás oriundo da queima da castanha, o LCC, que ainda é desperdiçado no processo e, de certa forma, poluente.

Mas o problema de maior magnitude que se apresentou no decorrer dos esforços de agroindustrialização da castanha do caju, bem como na implementação do PIDSSM que estendia as ações às três fases da cadeia produtiva, foi a deficiência gerencial dos dirigentes da COOPERCAJU. Não possuindo pessoas qualificadas para a integração de atividades e

<sup>8</sup> Segundo informações de técnico da COOPERCAJU, apenas 10% (45 a 50 toneladas) de toda a castanha de caju produzida pelos seus cooperados, em torno de 560 toneladas/ano, são beneficiadas pelas famílias através das unidades de beneficiamento e apenas 1/3 destes 10% são destinadas ao mercado internacional. Isso demonstra que ainda é expressivo o potencial local a partir da castanha de caju e há uma capacidade significativa de expansão do processo de beneficiamento e exportação.

gestão de negócios com característica empresarial, a diretoria da Cooperativa passou a cometer uma série de equívocos que chegou a comprometer sua estratégia inicial de estruturação.

Não aceitando a condição de liderança do beneficiamento da castanha como principal atividade econômica do município e instrumento de capitalização da cooperativa, o gerente, contrariando os apontamentos da EMBRAPA em relação às dificuldades de tecnologias para o pseudofruto do caju, decidiu criar e desenvolver um produto novo a partir deste. Ignorando diversas advertências de pessoas experientes, contrariando a lógica do PIDSSM e desviando recursos destinados à estruturação da cooperativa, criou-se a rapadura de caju. A rapadura foi fabricada e encaminhada ao mercado consumidor, sem passar por um teste fundamental: o teste da prateleira. Principalmente para suas características de produto natural, sem aditivos e conservante químicos. Todo o produto foi comercializado, porém não resistiu ao tempo de espera recomendado pelo mercado e apodreceu. Os compradores devolveram o produto, levando a cooperativa a um prejuízo significativo. Outros problemas surgiram como consequência e não teve outro resultado senão a inadimplência da COOPERCAJU frente ao Banco do Nordeste causada pelos erros de estratégia de mercado e gestão.

A capitalização adquirida ao longo dos últimos anos com a comercialização da castanha beneficiada, requisito para obter o acesso contínuo às linhas de financiamento no Banco do Nordeste, foi comprometida. Com uma dívida crescente, sem capital de giro e com a crise de gestão instalada, a COOPERCAJU precisou rever suas estratégias para continuar funcionando.

A crise de gestão afetou uma das conquistas mais importantes: a garantia de comercialização para o exterior. Quando da elaboração do PIDSSM foram realizados contatos com compradores de países da Europa e Estados Unidos. Estes firmaram interesse de aquisição da produção, principalmente a castanha com Selo Orgânico. O não cumprimento na plenitude dos compromissos desperdiçou este importante mercado potencial, que passou a necessitar de maior esforço posterior para reconquistá-lo. O Certificado de Produção Orgânica está suspenso e a última inspeção do Instituto Biodinâmico foi em 04/11/1998.

Como a idéia do PIDSSM era o plano de produção rural engendrar um processo endógeno de desenvolvimento local a partir de uma estrutura de funcionamento integrada, a efetivação incompleta deste eixo comprometeu as outras atividades previstas em outros setores, entre elas a criação de atividades não-agrícolas. A diversificação também não ocorreu como o previsto e a castanha de caju beneficiada passou a ser o único produto

agroindustrializado localmente, liderando as atividades econômicas, mesmo com a redução do número de unidades de beneficiamento de 400 para apenas 100 unidades de produção.

Numa avaliação feita pela AACC, esta instituição aponta que o trabalho desenvolvido em Serra do Mel entre 1990 e 2000, apresenta uma falha importante: a questão da ética. Tanto as instituições que atuaram durante a execução do PIDSSM, quanto a maior parte dos produtores e da parte da própria AACC, constata-se um certo *oportunismo*.

Neste sentido, os problemas identificados no desenvolvimento rural de Serra do Mel se apresentam típicos do surgimento de uma economia local com as características de economias regionais com ações localizadas e integradas ao esquema global de acumulação capitalista. São embriões, decorrentes de um novo padrão de produção, o *pós-fordismo*, representados pela possibilidade de flexibilização das relações de produção que, como veremos a seguir, no decorrer do tempo, vem exercitando sua entrada ao esquema global de acumulação capitalista a partir da experiência exercida pela prática da comercialização da castanha de caju para os mercados nacional e internacional.

## **7. A Dinâmica Gerada pela Comercialização da Castanha de Caju**

No Rio Grande do Norte, o município de Serra do Mel se configura como maior produtor de castanha de caju, sendo possuidor de uma área explorada de 23.000 ha de cajueiro que produz um total estimado entre 6.000 e 8.000 toneladas/ano. Desse total, apenas cerca de 580 toneladas/ano de castanha *in natura* são produzidas por agricultores familiares ligados a COOPERCAJU e representam o seu universo de atuação. E dessa parcela, a Cooperativa consegue beneficiar/agroindustrializar em torno de 10%, onde desta percentagem, 1/3 é destinada para a exportação e 2/3 para o mercado interno.

As ações de reestruturação de Serra do Mel desenvolvidas em torno do eixo da agroindústria, no plano produtivo do PIDSSM a partir de 1994, orientaram para as unidades artesanais de beneficiamento da castanha de caju com vistas a atingir o mercado externo. As relações comerciais passam a ser realizadas diretamente pelos produtores, através de uma central de comercialização, sem intermediários, sem passar pelas Cooperativas presentes hoje em Serra do Mel, mesmo a maioria das unidades estando ligadas elas. Dessa forma, impera a lógica do *desenvolvimento local* recomendada pelo Banco Mundial (MOYANO, 1999), em que o desenvolvimento das atividades acontece sem, contudo, passar pelas formas tradicionais de organização, seja de uma associação, seja de uma cooperativa, nem qualquer participação de entidade de classe, intervenção ou regulação estatal.

O volume exportado chegou, no período de 1998 a 2000, em torno de 1/3 da movimentação total da COOPERCAJU, conforme TABELA 10 e, dentre os produtos que Serra

do Mel produz e registra como comercializados, a liderança se mantém absoluta por parte da castanha de caju beneficiada e destinada à exportação.

TABELA 10: Principais produtos de Serra do Mel comercializados e mercados de destino

PRODUTOS	Quantidade Total/ano	Unidade	Período de Oferta	MERCADOS DE DESTINO			
				Interno			Externo
				Local	Regional	Nacional	
Castanha de caju	50.300	Kg	Set/jun	2.500	7.500	20.000	16.896
Feijão	22.000	Kg	Jun/ago	2.200	19.800	-	-
Mandioca	1.600	Ton.	Set/dez	80	1.520	-	-
Leite de vaca	291.600	L	Diário	102.060	189.540	-	-
Mel de abelha	25.000	Kg	Jun/ago	2.500	22.500	-	-
Ovos de galinha	7.000	Dz.	Semanal	1.750	5.520	-	-

FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2002.

De toda a produção no município, apenas a castanha de caju é vendida para o mercado internacional. Os outros produtos, por serem característicos do autoconsumo das famílias, não agregar valor e, por isso, não dar respostas favoráveis aos investimentos, proporcionam pouco valor adicionado ao produto total e, quando comercializado o excedente, as relações são dominadas pelos intermediários.

O interesse por esses outros produtos era demonstrado em sua maior parte pelas instituições de classe, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado e o Sindicato dos Trabalhadores de Mossoró, que atuavam no município e viam nessas culturas a garantia da segurança alimentar das famílias (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A partir de 1994, defende-se com mais ênfase o que CARNEIRO (1996) define de multifuncionalidade da agricultura e uma maior pluriatividade dentro de um contexto de desenvolvimento em que as atividades não-agrícolas (beneficiamento da castanha e outras) necessitavam da agricultura para garantir aos agricultores familiares envolvidos na agroindústria, os elementos para a manutenção do seu ambiente de reprodução.

O principal destino da castanha de caju de Serra do Mel no mercado internacional, de acordo com o exposto na TABELA 11, é a Suíça. As relações de intermediação entre os produtores e o mercado internacional são realizadas por uma organização da Suíça que desenvolve trabalhos em países pobres, a OS3. Os técnicos desta organização sempre realizaram visitas periódicas, duas vezes por ano, para verificar *in loco*, se todo o processo de produção atendia às exigências do mercado orgânico e se era isento da exploração do trabalho infantil, de sistemas de escravidão ou exploração de mulheres.

TABELA 11: Exportação de amêndoas de castanha de caju e mercados de destino.

ANO	QUANTIDADE		UNIDADES DE BENEFICIAMENTO	MERCADO DESTINO
	NÃO - ORGÂNICA	ORGÂNICA		
1991	3.000 Kg	-	-	Suíça
1992	4.500 Kg	-	12	Suíça
1993	4.500 Kg	-	26	Suíça
1994	7.000 Kg	-	30	Suíça
1995	15.000 Kg	4.700 Kg	70	Suíça
1996	5.400 Kg	10.500 Kg	85	Suíça
1997	3.600 Kg	14.800 Kg	85	Alemanha
1998	10.500 Kg	-	-	EUA
1999	-	-	-	-
2000	20.300Kg	-	53	Suíça

Fonte: Coopercaju 2000. Questionário de pesquisa de campo 2002.

Atendendo às diretrizes do PIDSSM que previam, a partir de 1994, o destino dos investimentos para a inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico para atingir o mercado externo, em 1995 Serra do Mel exporta a primeira remessa de castanha orgânica para a Suíça. Em 1996 e 1997, com o aumento das liberações de recursos do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, é intensificado o processo de inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico a ponto de gerar um sentido inverso também nas exportações. Pelos números da TABELA 11 percebemos que cai bruscamente às quantidades exportadas de castanha não orgânica e se eleva em proporção maior às quantidades orgânicas. A partir dessa constatação é de se considerar ainda a elevação do número de unidades de beneficiamento – de 12 unidades em 1992 para 70 unidades em 1995 e para 85 unidades em 1997 –, e de famílias participantes, além da entrada de mercados compradores potenciais interessados: a Alemanha e EUA.

Com a crise instalada na COOPERCAJU a partir da crise operacional citada anteriormente, que se juntou a conseqüências como o fechamento do acesso ao crédito do Banco do Brasil em 1998, dentre outras coisas, os compromissos de entrega de castanha orgânica, principalmente, foram descumpridos trazendo prejuízos, além de desperdiçar canais abertos com os mais importantes mercados compradores potenciais.

Em 1999 não houve exportação de castanha de caju, retomando com muito esforço em 2000 com apenas 53 unidades de beneficiamento funcionando e através da ajuda, não mais ampla e dedicada como no início, dos compradores da Suíça.

Grande parcela da castanha de caju beneficiada produzida em Serra do Mel, em torno de 63,97%, ainda é comercializada via intermediários no mercado interno juntamente com a parte *in natura* e de maneira informal, não havendo regularização ou certificação do produto.

Segundo avaliação de um técnico da COOPERCAJU ainda é mais fácil exportar que comercializar para o mercado interno. O grande problema do mercado interno é representado pela burocracia do aparato institucional. Para o mercado externo, porém, necessita-se mandar previamente uma amostra do produto que será submetido a uma análise rigorosa seguindo os padrões de classificação exigidos. Uma vez conseguido isso, recebe-se o Certificado de Origem e o produto é enviado ao exterior.

Uma vantagem estratégica do relacionamento com o mercado externo é a exigência deste em relação às condições de produção; exige-se o ISO 14.000 para produtos produzidos sem agressão ao meio ambiente. Outra é a garantia do recebimento, determinada pelo rigor na forma de relacionamento de compra e venda. Tanto os compradores europeus como os americanos adiantam 50% do valor total da mercadoria e o restante é depositado em conta imediatamente após o ato da entrega pelos produtores. Isso determina um grau elevado de responsabilidade pelo lado dos produtores a ponto que, se não cumprirem o compromisso, desperdiçam o mercado e serão eliminados de qualquer relacionamento futuro.

No mercado interno, além de lutar contra a burocracia das instituições e vencer os concorrentes como a Mossoró Agroindustrial S A (MAISA) e a USIBRÁS – oligopólio formado por empresas de grande porte no estado –, para os produtores da COOPERCAJU e de Serra do Mel, há fragilidade ao estabelecer uma relação de confiança com os compradores no Brasil, sendo grandes as possibilidades de calote.

Em relação aos aspectos econômicos e sociais como o surgimento de postos de trabalho, a variação da renda e a melhoria dos níveis de condição de vida, constata-se que com a integração partir do beneficiamento da castanha de caju e a inserção direta dos agricultores de forma organizada em mercados competitivos, os postos de trabalho se ampliaram e os rendimentos foram aumentados. É disso que trataremos a seguir.

## **8. Serra do Mel: o antes e o depois a partir dos indicadores sócio-econômicos.**

Os principais produtos geradores de ocupações atualmente são, de acordo com a TABELA 12, a castanha de caju que se manteve sempre na liderança e o mel de abelha surgido recentemente entre 1998 e 2000. A liderança absoluta da castanha de caju se afirma e na fase da agroindústria são 500 postos de trabalho com remuneração que varia de 4 a mais de 8 salários mínimos. Na fase da comercialização são 30 postos que exigem uma maior especialização e nível de instrução mais elevado, inclusive profissionais graduados de nível superior com rendimentos onde alguns superam 10 salários. A fase da produção é responsável pela maioria absoluta, 5.980 pessoas obtendo renda a partir da cajucultura pouco superior a 1

salário mínimo. O mel de abelha é outro produto que inicia um processo ainda tímido de diversificação com 42 postos na fase da produção.

TABELA 12: Ocupações geradas ao longo da cadeia e principais produtos.

CULTURAS / PRODUTOS	Número de Ocupações Geradas		
	PRODUÇÃO	AGROINDÚSTRIA	COMERCIALIZAÇÃO
Cajucultura	5.980	500	30
Mel de abelha	42	-	-

Fonte: COOPERCAJU, 2002. Elaboração própria

Verifica-se também que a qualidade de vida das pessoas inseridas no processo mudou para melhor. Existem vilas onde a aquisição de bens de consumo durável (automóvel novo ou seminovo, geladeira, fogão a gás, televisor, forno microondas, videocassete, etc) é bastante emblemática, fruto da capitalização dos agricultores. Em torno de 40% das famílias possuem carro e 100% têm geladeira, fogão a gás e televisor.

Com base em dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Rio Grande do Norte, entre 1991 e 2000, avançou pouco em termos do Índice de Desenvolvimento Humano - Médio (IDH-M), passando de 0,618 para 0,702, o maior do Nordeste, com uma elevação de 0,084. Dividido entre poucos ricos e muitos pobres o Estado, ainda com sério subdesenvolvimento econômico, político, social e ético, deve encontrar saídas que mudem sua cara. A análise geral que se faz, segundo o PNUD, é que onde imperou a lógica de concentração dos investimentos o IDH permanece baixo, e onde isto não ocorreu, a sociedade reagiu e conseguiu mudar a realidade.

Para as Nações Unidas, o município de Serra do Mel se enquadra na segunda observação pelo fato de se encontrar numa situação caótica nos anos 1980, onde o município era caracterizado pela alta indigência, e emergir buscando superar seus problemas através da aplicação correta de políticas públicas que delineou, a partir do *desenvolvimento local*, uma lógica diferente de desenvolvimento rural.

A TABELA 13 demonstra que entre 1991 e 2000, o município avançou em todos os indicadores que medem a qualidade de vida da população, e um deles chama a atenção: a renda *per capita*. Esta, mesmo ainda pequena, dobrou no período de R\$ 53,63 para R\$ 103,35, revelando um crescimento significativo do produto e elevando o indicador de nível de renda local de 0,437 para 0,623.

No que diz respeito ao IDH-M, o município conseguiu elevar de 0,509 em 1991, considerado de baixo desenvolvimento pelo PNUD, para 0,619 em 2000, índice que, segundo este órgão, caminha para uma posição de médio desenvolvimento.

TABELA 13: Evolução do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano no período 1991-2000<sup>9</sup>.

Município	Ano	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Renda per capita (em R\$)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)
Serra do Mel	1991	55,75	57,43	53,63	0,577	0,437	0,509
	2000	62,83	68,53	103,35	0,704	0,623	0,619
Estado	IDH-M 1991		IDH-M 2000	Variação no IDH-M		Ranking 1991	Ranking 2000
Rio G. do Norte	0,618		0,702	0,084		19	18

Fonte: PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro (anos 1991 e 2000). Elaboração própria.

Na vila Piauí, a mais rica e desenvolvida, onde existe o maior número de beneficiadoras artesanais de castanha e onde se iniciou a experiência do processamento, é onde se constata a maior concentração de famílias possuidoras de carros e de bens de consumo duráveis. É notável ainda perceber a perspectiva dos pais em relação aos filhos, que se revela em sonhos de que estes últimos possam ter um futuro cada vez mais promissor e com maior qualidade a partir de uma vida intensa de estudos na construção de uma profissão e de maior dignidade.

É importante destacar que todos os processos envolvidos na construção do desenvolvimento rural de Serra do Mel foram pensados, elaborados no PIDSSM e implementados de forma participativa, resultando em uma mudança significativa nos aspectos econômico, social e cultural para as famílias envolvidas, além da mudança de mentalidade quando da necessidade de preservação do meio ambiente. Quanto ao aspecto político, o poder público municipal teve uma ação sempre questionada no período, e ainda se mantém tentando influenciar, mas o processo de organização da comunidade via Cooperativismo, mesmo com suas limitações buscou, através da participação, empreender iniciativas próprias em direção de um desenvolvimento rural específico (NAVARRO, 1996).

Mudanças como essas dizem respeito à responsabilidade e apreensão das técnicas de produção adequadas aos padrões de qualidade exigidos para um produto de exportação, o que proporcionou a produtores de Serra do Mel a possibilidade de deixar certa condição de pobreza, para se integrar à lógica global via inserção no mercado de bens e serviços. Foi necessário, para isso, a busca do *desenvolvimento local*, na concepção e implementação de um planejamento construído de forma participativa, recursos financeiros de fontes de financiamento oficiais, articulação entre agentes e instituições, treinamento e anos de persistência e dedicação, mesmo cometendo muitos erros, para integrar as fases da cadeia produtiva do caju. Tudo isso sem a lógica da separação entre a agricultura e a indústria, o que resultou numa homogeneização do espaço e no estágio atual de desenvolvimento rural.

<sup>9</sup> Dados obtidos através do site: <http://www.undp.org.br/>. Acesso em: 20/11/2002.



## 9. Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, 2ª Edição. Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade no Campo: o caso francês**. RBCS, n. 332, ano 11, out., 1996.
- CHARITY, Richard B. **Programa de Reestruturação Agrícola da Serra do Mel**. Natal: AACC/IBD, Série Contribuições, ano 1, vol. 2, 1995. 54p.
- CONTAG/CUT. **Serra do Mel**. Brasília: CONTAG, 1998. Série Experiências, n. 3.
- DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, Ícone Editora, 1985.
- EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria Tropical. **Relatório de Atividades 1996 – 1997**. Fortaleza, 1999. 156p.
- FRANCO, A. Por que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. In: **Século XXI- Uma Revista de Futuro- Instituto de Política**. 2000.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Diretoria de Pesquisas. **Censo Agropecuário, vários anos: Brasil**. Rio de Janeiro, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. (Coord.). **Diferenciação camponesa e mudança tecnológica: o caso dos produtores de feijão em São Paulo**. Campinas: UNICAMP, FCH/DEPE, set. 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da Universidade / UFRGS, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro** / SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A. C., (orgs). Uberlândia: 1997.
- IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte 2001**. Natal, 2001.
- JOSÉ GRAZIANO, JEAN MARC E BIANCHINI debatem **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD) 2001.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto, Proposta Editorial, 1980.
- LÊNIN, Vladimir Ilich (1870-1924). **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MOYANO ESTRADA, E. “El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinamicas del desarrollo”. In: **ECONOMIA e Ensaio**s, vol. 13, n. 2, vol. 14, n. 1, 1999, Uberlândia.
- NAVARRO, Zander. (2001) Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. volume 15, número 43, dezembro de 2001. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.
- VEIGA, José Eli da. et. alii. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília, Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.
- VEIGA, José Eli da. et. alii. **A Face Rural do Desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2000.
- WILLIAMSON, Oliver E. (1985). **Economic Institutions of Capitalism**. New Yor: The Free Press.